



MUDANÇAS NO TRABALHO E O ADOECER PSÍQUICO NA EDUCAÇÃO

SANTOS, Flavia Luiza Nogueira¹

LIMA FILHO, Domingos Leite²

Jorge Bermúdez tiene tres hijos y tres empleos. Al alba, sale a recorrer las calles de la ciudad de Quito en un viejo Chevrolet que hace de táxi. Desde la primera hora de la tarde, dicta clases de inglés. Hace dieciséis años que él es profesor en un colegio público, donde gana ciento cincuenta dólares mensuales. Cuando termina su jornada en el colegio público, empieza en un colegio privado, hasta medianoche. Jorge Bermúdez no tiene nunca ningún día libre. Desde hace tiempo, sufre ardores de estómago, y anda de mal humor y con poca paciencia. Un psicólogo le explicó que esos eran malestares psicosomáticos y trastornos de conducta derivados del exceso de trabajo, y le indicó que debía abandonar dos de sus tres empleos para restablecer su salud física y mental. El psicólogo no le indicó como hacer para llegar a fin de mes.

Eduardo Galeano.

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade, as áreas da educação e saúde têm sido influenciadas por elementos significativos de mudança, como fatores sócio-políticos, avanços científicos e tecnológicos, ambiente altamente competitivo, recessão, diminuição do valor intrínseco³ do trabalho dando lugar à busca de recompensa extrínseca⁴, fatores esses que exercem forte influência na

¹ Licenciada em Enfermagem e Obstetrícia, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – PPGTE/CEFET-PR, email: flavia@ppgte.cefetpr.br

² Doutor em Educação, Professor do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – PPGTE/CEFET-PR., email: domingosf@cefetpr.br

³ Esta diminuição do valor intrínseco está na realidade associada ao processo de precarização do trabalho em curso, sobretudo a partir dos anos de 1970, no contexto das políticas de caráter neoliberal em que ocorrem movimentos de redução e perdas de direitos sociais e trabalhistas conquistados à época do estabelecimento do *Welfare State*. Por outro lado, em decorrência de mudanças nas bases físicas e organizacionais do processo de trabalho, ocorre também um movimento de mudanças na composição qualitativa e quantitativa da força de trabalho, caracterizado por uma crescente tendência à diversificação, heterogeneização e complexificação da classe trabalhadora.

⁴ Numa perspectiva teórica diferente da de Antunes, Habermas (1987) tem afirmado a perda de centralidade da categoria trabalho como estruturadora da sociedade, apresentando o conceito de atividade da “vida cotidiana”, extrínsecas ao processo de trabalho.

sociedade e cenário profissional com conseqüências pessoais para os trabalhadores que atuam nestas áreas e para os que dela dependem.

É importante destacar que este processo de mudanças, mesmo que de modo não uniforme e com deslocamentos temporais entre nações e continentes, veio se desenvolvendo ao longo do século XX, em particular a partir de sua segunda metade, à medida que a ciência e tecnologia foram se incorporando de modo intenso aos processos de trabalho, produzindo, em decorrência sensações de mal-estar de diversas ordem e natureza sobre o cotidiano das pessoas que trabalham. Nesse sentido, conforme destaca Trivinho,

Já nos anos 50 e 60, Marcuse discorria sobre o novo princípio de realidade da sociedade tecnológica, o princípio do desempenho⁵, que exigia dos indivíduos uma repressão adicional da satisfação da libido em prol de um dispêndio maior de investimentos sublimado tanto na esfera da produção, marcada pela instabilidade e norteadas por valores de competição extrema, quanto na esfera do tempo livre, articulada igualmente por todos os vetores que organizam o universo da produtividade (Trivinho, 2001, p 105).

Prosseguindo no seu raciocínio, Trivinho observa que esta tendência ao longo dos anos, acentou-se, no sentido do pior, caracterizando-se, na atualidade, pela

... predominância de estruturas mentais, libidinais e corporais submetidas ao fardo das tensões diárias, resultantes do agravamento das sobrecargas de pressões (tanto mais endógenas, quanto exógenas) em função das necessidades de todo tipo de cuidado ou alerta, formal ou informal, relacionado à esfera do trabalho, ao espaço doméstico e ao que vigora nas ruas (Trivinho, 2001, p. 106).

⁵ Marcuse, H. Eros e Civilização. Rio de Janeiro, Círculo do Livro, 1967.

Extrapolando sua análise a todo o campo das relações sociais, vale dizer culturais, o autor, recorrendo a Baudrillard, observa que este processo assume “ a forma de um mais-mal-estar, portanto, de um mais-mal-ser, cuja reversibilidade anômala recai, de forma daninha, virulenta, sobre as bases da alegria do viver, comprometendo-a na mesma proporção em que entrega o ser à hipertelia⁶ (Trivinho, 2001, p.106).

No contexto dessas mudanças ocorreu um aumento dos estudos sobre a saúde psíquica do trabalhador e em particular do professor, trabalhador em educação.

O professor é submetido a situações que afetam o seu trabalho, sendo que efeitos negativos do seu contato com o aluno, colegas, chefias ou atividades organizacionais ao enfrentar-se cotidianamente com as demandas e a necessidade de recursos de toda ordem para a realização de seu trabalho, podem imprimir no docente um visível desgaste físico e psíquico. Esse processo continuado acaba por levar o professor à situação de *Burnout*. A terminologia “*Burnout*”, segundo CODO (1999), foi o nome escolhido para caracterizar esta síndrome, que numa tradução mais direta ao português seria algo como perder o fogo, perder a energia ou queimar (para fora) completamente.

A Síndrome de *Burnout* apresenta-se atualmente como um problema psicossocial que afeta profissionais chamados “doadores de cuidado”, como enfermeiros e professores e tem chamado atenção não apenas da comunidade científica, como também de entidades governamentais, educacionais e sindicais no Brasil, devido às conseqüências individuais e organizacionais que interferem nas relações interpessoais do educador. Essas interferências podem gerar neste profissional a perda de auto-estima e desprezo por sua profissão, situações de ansiedade, insegurança, sensação de risco, ilegibilidade das necessidades e ações desenvolvidas no trabalho, levando ao absentéismo e, no limite, ao abandono do seu ofício.

⁶ Vale dizer, à ordem de ausência total de finalidades, conforme BAUDRILLARD, J. *Lês stratégies fatales*, Paris, B. Grasset, 1983.

Na década de 70, nos Estados Unidos, onde começaram pesquisas para compreender essa apatia, constatou-se que o *Burnout* afeta principalmente trabalhadores doadores de cuidado ou *care givers*. De acordo com CODO (1999) “... foi FREGENBAUER (1974), quem aplicou o termo *Burnout* no sentido que usamos hoje”.

Legalmente, no Brasil, a Síndrome de *Burnout* toma corpo com o Regulamento da Previdência Social, republicado no Diário Oficial da União de 18 de julho de 1999. O anexo II, que trata dos agentes patogênicos causadores de doenças profissionais ou do trabalho, teve apensado o item XII ao texto da Lei, na parte de “... transtornos mentais e do comportamento relacionados com o trabalho,” relativo à Síndrome de *Burnout* e a sua correspondente nomenclatura em português, Síndrome do Esgotamento Profissional.

2. DESCRIÇÃO DA PESQUISA

O presente texto é parte da revisão bibliográfica da pesquisa de natureza qualitativa e comparativa sobre a Síndrome de *Burnout* em Professores do Ensino Superior no Paraná, iniciada em 2004 e ainda em curso. A pesquisa tem como objetivos verificar a ocorrência desta síndrome e identificar suas conseqüências no trabalho destes professores.

A metodologia da pesquisa envolve revisão bibliográfica, aplicação à amostra selecionada de entrevista semi-estruturada e de um questionário-padrão desenvolvido por MASLACH JACKSON e LEITER (1997), o MBI – Maslach *Burnout* Inventory, a fim de apontar e qualificar a ocorrência de *Burnout*. O universo pesquisado é o ensino superior no Estado do Paraná, em duas amostras diferenciadas: uma, de professores da Universidade Federal do Paraná - Curso de Enfermagem e outra, do CEFET-PR - Curso de Engenharia Elétrica.

A partir dos dados coletados em campo, e à luz do referencial teórico-metodológico estabelecido, faremos a sistematização dos dados e a análise dos resultados obtidos.

Os subsídios para fazer uma reflexão sobre a temática a respeito do docente do ensino superior foram encontrados na revisão de literatura, o que nos levou a perceber dois tipos de educadores; e para reforçar essa idéia, trazemos as palavras de CODO (1999):

... já se viu que o professor faz muito mais que as condições de trabalho permitem já se viu que o professor comparece no tecido social compondo o futuro de milhares e milhares de jovens que antes dele sequer poderiam sonhar. Mas existe outro professor habitando nossas lembranças: um homem, uma mulher, cansados, abatidos, sem mais vontade de ensinar; um professor que desistiu.

O estudo tem sua relevância, visto que, como cuidadores e educadores, os professores podem ser afetados por essa Síndrome em maior ou menor grau, e também pelo fato da Síndrome de *Burnout* apresentar-se como um problema psicossocial que está afetando profissionais de diversas áreas.

Nos tópicos a seguir, com base na revisão de literatura realizada, apresentamos elementos que compõem o referencial teórico-metodológico que norteia o desenvolvimento da pesquisa em tela.

3. O TRABALHO SOB O CAPITALISMO ATUAL E A SAÚDE DO TRABALHADOR

O trabalho é fundamental para a subjetividade humana por ser uma das fontes de realização de importantes necessidades do homem, tanto do ponto de vista da produção material da vida, quanto da manutenção de relações interpessoais e da auto-realização.

Assim, do ponto de vista ontológico, o trabalho é a categoria central da sociabilidade humana, pois é através da atividade que o homem transforma a natureza e, em relação com os

demais da espécie, mediante a (co)laboração, divisão de tarefas e (co)operação, produz os valores úteis e necessários à vida social. Nestes termos, ao trabalhar o homem transforma a natureza e a si, isto é, o homem é tal como se produz (MARX, 1978; Marx e Engels, 1977).

Por outro lado, mediante o processo de complexificação da sociedade, o trabalho assume formas históricas diferenciadas que caracterizam os diversos modos de produção. Assim, na hegemonia do modo de produção capitalista, o trabalho, além de produtor de valor de uso, é também produtor de mercadorias, isto é, valores de troca. Dado que esta forma histórica é caracterizada pela propriedade privada dos meios de produção e pela apropriação privada do produto do trabalho, resta ao trabalhador utilizar-se a si mesmo, em potencialidade e ação, comercializando a mercadoria que dispõe, isto é, sua força de trabalho. Assim, o trabalho converte-se em valor de troca, e é nesta dupla condição contraditória (valor de uso x valor de troca) que caracteriza-se a sociedade capitalista.

Desse modo, o trabalhador, submetido a esta contradição, vê destituída de sentido a sua própria atividade, já que o resultado dela não lhe pertence, decorrendo daí alienação e estranhamento. Nesse processo, o homem moderno está sendo acometido de diversos distúrbios comportamentais e psicossomáticos, sendo que o principal deles, o estresse é gerado muitas vezes pela insegurança social e profissional.

Sennett (2004) nos apresenta várias conjecturas a respeito da influência do “novo capitalismo” na vida do indivíduo comum na sociedade, sendo que sua intenção não se restringe apenas a descrever o novo capitalismo ou capitalismo flexível. Essa nova forma de capitalismo, também chamado de capitalismo moderno, recebe o adjetivo de flexível por vários motivos, sendo eles: pouca intervenção político-governamental do Estado, reduzindo assim os entraves burocráticos; sindicatos bastante enfraquecidos, gerando pouca ou nenhuma luta sindical; afrouxamento das relações entre superiores e empregados, desaparecendo a

figura do supervisor para o surgimento da figura do líder ou treinador de equipes; maior maleabilidade dos horários dos empregados e aumento de oferta de emprego em turnos; menor possibilidade de fazer carreira em uma empresa; pouco comprometimento da empresa em relação a um espaço físico determinado e aos empregados, podendo repentinamente ser reestruturada, transferida de país ou desmontada - em parte ou no todo - visando maior lucratividade. Nesse sistema flexível, os empregados são incentivados a arriscar, a fugir da rotineira estabilidade. Aliados a esses fatores, os trabalhadores enfrentam um mundo altamente competitivo, onde as mudanças no clima de trabalho e as novas tecnologias, além das relações intersubjetivas e sociais do mundo do trabalho, imprimem no trabalhador as conseqüências negativas do estresse.

Essa característica do capitalismo flexível teria, inicialmente, surgido como uma solução para certos problemas que os outros modelos de organização da produção capitalista enfrentavam⁷. Sennett mostra que isso é uma ilusão, expondo os efeitos colaterais que os métodos de fuga da opressão dos antigos moldes capitalistas nos causam.

O aspecto fundamental apontado por Sennett são as conseqüências causadas ao caráter. Uma delas é a experiência de estar constantemente à deriva: a nova economia impõe àqueles que buscam “subir na vida” que estejam sempre mudando de empresa ou ramo de atividade, gerando - ao invés de uma narrativa de vida seqüencial - apenas “instantes” fragmentados. Para SENNETT (2004) “o capitalismo de curto prazo corrói (...) sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, que dão a cada um deles um senso de identidade sustentável”.

⁷ Referimo-nos aqui a organização do processo de produção capitalista baseado nos princípios da organização científica do trabalho (taylorismo) e na produção em série (fordismo). É importante, no entanto, observar que a produção flexível, em suas diversas formas, dentre as quais o toyotismo, não apresenta ruptura com os paradigmas anteriores mas os aperfeiçoa no sentido de intensificação do processo de trabalho com vistas à maximização dos resultados.

Estar à deriva, em intermitente processo de mudança de situação, impossibilita o cultivo de algumas qualidades que somente florescem a longo prazo, como a lealdade, o compromisso, o propósito e a resolução. Essas qualidades só são possíveis quando possuímos uma narrativa concreta, construída através de fatos e experiências seqüenciais, através da soma dos momentos que foram causa e dos momentos que foram os efeitos dessas causas, através do sentimento de fluência do tempo como uma linha histórica com começos, meios e fins. O capitalismo flexível não permite o tempo de estabilidade ou a seqüencialidade suficiente para que isso ocorra. Sem essa narrativa, estando à deriva, o indivíduo se torna inseguro.

Acreditava-se, pelo menos muitos buscavam vender esta ilusão, que o fluxo do tempo do novo sistema nos afastaria do grande mal da rotina de sistemas anteriores, como por exemplo, o das fábricas de produção em série. Um trabalho onde fizéssemos todos os dias a mesma coisa, durante todo o dia, nada nos acrescentaria além da habilidade específica para aquele serviço, o que seria degradante e improdutivo (a nós); assim, nos tornaríamos depressivos, diminuindo a produção. No entanto, a flexibilidade do momento atual da economia, de impulsos momentâneos, sem rotinas, de ações e mudanças imediatas, sem hábitos, gera, como vimos acima, uma vida sem nexos, sem conexões. De acordo com SENNETT (2004): “é a dimensão do tempo do novo capitalismo, e não a transmissão de dados *hi-tech*, os mercados de ação globais ou o livre comércio, que mais diretamente afeta a vida emocional das pessoas fora do local de trabalho”. Essa nova flexibilidade não corrigiu o problema da rotina.

Outro aspecto do qual trata Sennett é a característica ilegível desse novo sistema. Uma dessas ilegibilidades diz respeito à dificuldade de definição das qualificações necessárias para uma função. O desenvolvimento acelerado da tecnologia e as constantes inovações

removeram aos poucos a necessidade do conhecimento de “como fazer”, característico do produtor artesanal. Numa empresa moderna, nos dias atuais, para se panificar ou produzir um sapato, por exemplo, é necessário ao empregado apenas um conhecimento básico de informática: todo o restante é processado automaticamente. E isso serve perfeitamente ao capitalismo flexível: possibilita a mão-de-obra a um custo extremamente mais baixo e funcionários facilmente substituíveis. Um outro tipo de ilegibilidade diz respeito às próprias pessoas: sua compreensão a respeito do trabalho que desempenham é fraca, inconsistente; trabalha-se, por exemplo, como confeitiro, mas não se conhece realmente a arte de confeitaria - tudo é realizado pelas máquinas e pelos computadores; as pessoas perdem, também, identificação com seus cargos.

Em sentido mais geral, pode-se argumentar que esta ilegibilidade está relacionada à centralização do conhecimento embutido nos mecanismos de automação, que passam a funcionar como uma espécie de “máscara”, “filtro” ou “anteparo” que se interpõe entre o sujeito da ação (o trabalhador) e a materialização ou objetivação dessa ação (o produto de seu trabalho), constituindo-se, assim, em mais um elemento de reforço do estranhamento que caracteriza o modo de produção capitalista.

A mais forte característica do novo capitalismo é a de nos incitar e, podemos mesmo dizer, nos obrigar a assumir riscos. É essa também a característica que traz maior número de conseqüências. Organizações mais flexíveis - e por esse motivo mais instáveis - impõem tacitamente aos trabalhadores a necessidade de mudanças arriscadas, buscando uma estabilidade mais real. Deve-se, no entanto, levar em consideração que a própria ambição, produzida socialmente como o fetiche do consumo e a ode à acumulação antes que inerente ao ser humano, associada a um esse regime flexível, acelera e intensifica o processo.

Visando melhores condições econômicas, sociais ou empregatícias, o indivíduo se predispõe ao risco; o risco, além de necessário, é tornado “culturalmente” e “socialmente” estimulante, desejável. Como observa SENNETT (2004), “no capitalismo flexível, a desorientação envolvida no marchar para a incerteza, para os tais buracos estruturais, se dá de três formas específicas: por ‘mudanças laterais ambíguas’, ‘perdas retrospectivas’ ou resultados salariais imprevisíveis.”. Nessas três formas de desorientação, o indivíduo pode se encontrar em situações onde acredita, erroneamente, estar movendo-se para posições superiores; ou, após uma mudança, perceber - retrospectivamente - que tomou uma má decisão; ou ainda, acreditando mudar de emprego para obter uma remuneração melhor, somente alcança resultados falsos ou incertos.

Essas características, em linhas gerais são dimensões daquilo que Ulrich Beck definiu como a “sociedade do risco”, ao falar da precariedade do trabalho na era da globalização (BECK, 2000). Condição esta caracterizada

... pela irrupção do precário, do descontínuo, do impreciso e do informal... [e, em consequência]... quanto mais as relações laborais se desregularizam e se flexibilizam, mais rapidamente se transforma a sociedade laboral em uma sociedade de risco, um risco não calculável nem para o modo de vida de cada indivíduo, nem para o Estado e a esfera política (BECK, 2000).

Atualmente, nessa sociedade dinâmica que supervaloriza a atitude de aceitar riscos, não participar desse jogo é estagnar. A cultura do risco muitas vezes distingue por esse atributo - a disposição a correr riscos - entre os vitoriosos e os fracassados. Segundo SENNETT (2004) “Imensas forças sociais e econômicas moldam a insistência na partida: o desordenamento das instituições, o sistema de produção flexível - realidades que se fazem elas mesmas ao mar. Ficar firme é ser deixado de fora.”. Porém o arriscar-se tem

conseqüências danosas; esforços desmedidos que não são recompensados, mudanças incessantes que não levam a lugar algum ou que não trazem vantagens, tudo isso torna o indivíduo preso ao momento atual e sem uma visão temporal mais abrangente, sem perspectivas, imediatista. Assim, quando a narrativa individual é uma somatória repetitiva desses elementos (o risco e a mudança), nada há de experiência concreta e aproveitável no passado que sirva de rumo ao presente, o indivíduo se torna apreensivo e ansioso, em um quadro que visa somente a ampliar-se, principalmente se nos apercebermos de que o resultado, no que diz respeito a valor pessoal e experiência pessoal, após alguns anos, é nulo; este processo gera um indivíduo vazio e sem rumo, de caráter inconsistente.

Esse sentido de perda de referenciais históricos, o domínio da espacialidade por um presentismo alucinógeno e a diluição da ação concreta dos sujeitos são descritos por Jameson (1997) como elementos característicos do pós modernismo, identificado por este autor como a lógica cultural do atual capitalismo. Nesta perspectiva, destacamos em trabalhos anteriores, que neste processo de ruptura da temporalidade histórica

... o sujeito perde a sua capacidade de organizar seu passado e seu futuro como uma experiência coerente, o que implica que a produção cultural e mesmo a material) reduz-se a um amontoado de fragmentos, produzidos a esmo, de modo aleatório e sem referentes. Ou seja, perde-se a própria condição ontológica e teleológica de sujeito de história” (LIMA FILHO, 2004, p 48)

Outro tema relevante acerca do atual estágio do capitalismo é seu efeito no campo da ética. Concentrado no trabalho de equipe, o novo sistema enfatiza os atributos de relacionamento interpessoais, como a cooperação, a atenção e compreensão ao outro, a sensibilidade e principalmente a adaptação às circunstâncias e a improvisação. Mas apenas aparentemente a ética voltada a esse modelo desenvolve qualidades tidas como valorosas, pois

essa é mais uma interpretação incorreta. Pelo próprio fato da flexibilidade, os empregados permanecem pouco tempo nas empresas, o que incorre tanto em um relacionamento fático entre funcionário e empresa, quanto - principalmente - entre os funcionários e membros de uma mesma equipe.

O homem moderno passa grande parte de seu tempo no trabalho, por isso seu relacionamento interpessoal fora de casa deveria apresentar um grande valor afetivo. Porém, o que ocorre é que essas relações não se concretizam, devido à competitividade, imediatismo das tarefas e as exigências que ocasionam sobrecarga, tanto física como psíquica. Assim, aqueles atributos mencionados anteriormente, que seriam legítimos se construídos em uma relação de tempo mais duradoura e sob organização social da produção distinta do capitalismo, ocorrem apenas superficialmente e em modo de atuação; ou seja, o indivíduo passa a agir apenas em modo representativo, simulando essas virtudes ou usando-as somente na superficialidade. “Na verdade, o trabalho em equipe deixa o reino da tragédia para encenar as relações humanas como uma farsa.” SENNETT (2004).

Partindo de uma concepção de uma sociedade na qual o trabalho, como produção social e coletiva, tenha posição central, devemos nos sentir necessários aos outros, todo o tempo. Porém, na sociedade capitalista isso não é possível, dado as desigualdades que ocorrem em diversos âmbitos, como na relação de desigualdade econômica e social. No modelo do capitalismo flexível essa impossibilidade é acentuada devido à indiferença ou na maneira como os funcionários são contingentes às empresas, ou ainda com respeito à superficialidade das relações. “Essas práticas, óbvia e brutalmente, reduzem o senso de que contamos como pessoa, de que somos necessários uns aos outros” SENNETT (2004).

Continuando a abordagem a respeito das conseqüências pessoais do trabalho sob o capitalismo, nos basearemos em Dejours, que busca entender as relações entre trabalho e

saúde mental. Segundo DEJOURS (1992) “A evolução das condições de vida e de trabalho e, portanto, saúde dos trabalhadores, não pode ser dissociada do desenvolvimento das lutas e das reivindicações operárias em geral”.

A mudança ocorrida nos últimos anos no mundo do trabalho procura aumentar a utilidade e produtividade do trabalhador por um lado e, por outro, diminuir sua potência e sua energia políticas. O modo de produção capitalista e, em particular, sua variante flexível moderna se fundamenta no fato de que a um aumento da utilidade e da produtividade do corpo deve corresponder um aumento da docilidade e da obediência.

Para DEJOURS, o sofrimento mental resulta da organização do trabalho sob o modo de produção capitalista, designado por divisão e conteúdo da tarefa, relações de poder e responsabilidade. Nas palavras do autor: “... até indivíduos dotados de uma sólida estrutura psíquica podem ser vítimas de uma paralisia mental induzida pela organização do trabalho “(...) o homem inteiro que é condicionado ao comportamento produtivo pela organização do trabalho e fora da prática, ele conserva a mesma pele e a mesma cabeça. Despersonalizado no trabalho, ele permanecerá despersonalizado em sua casa.” Cada indivíduo possui uma vida pessoal, com necessidades, motivações e desejos que o tornam um ser único e individual.

A palavra trabalho vem do latim “tripalium”, referindo-se a um instrumento de tortura para punições dos indivíduos que eram submetidos ao trabalho forçado quando perdiam o direito à liberdade. Nesse sentido, o trabalho poderia ser visto como castigo, entretanto, valores culturais passaram a estruturar um sentido pessoal e único que se situa entre a obrigação e o prazer de trabalhar⁸. Percebe-se o homem moderno definindo-se pela sua profissão e encontrando dificuldade em dar sentido à vida se não for pelo trabalho.

⁸ Obviamente a linguagem e o trabalho são duas dimensões da sociabilidade que se encontram intrinsecamente imbricadas. O fato de que o léxico latino relaciona trabalho a sofrimento tem relação com a forma de produção escravista e a herança da cultura clássica dualista grega. Isto, no entanto, não elimina o sentido ontológico de fruição e produção humana do trabalho, se o dissociarmos também dessa forma histórica.

DEJOURS (2000), a esse respeito destaca que: “...trabalhar é não apenas ter uma atividade, mas também viver: viver a experiência da pressão, viver em comum, enfrentar a resistência do real, construir o sentido do trabalho, da situação e do sofrimento.”

Segundo Dejours, a organização do trabalho é potencialmente patogênica, porém pode constatar em suas pesquisas que existem trabalhadores que conseguem evitar o sofrimento no trabalho.

Sua proposta é transformar um trabalho fatigante em um trabalho equilibrante: “o reconhecimento de certo sofrimento não é incompatível com um prazer obtido na relação com o trabalho. Prazer e sofrimento podem resultar de lógicas relativamente independentes” (DEJOURS,1994).

DEJOURS (1992) afirma que executar uma tarefa sem envolvimento material ou afetivo exige esforço de vontade que em outras circunstâncias é suportado pelo jogo da motivação e do desejo. Distinguindo os dois tipos de sofrimento, esse autor nos fala do sofrimento criador e do sofrimento patogênico que surge quando todas as possibilidades de transformação, aperfeiçoamento e gestão da forma de organizar o trabalho já foram tentadas quando somente pressões fixas, rígidas repetitivas e frustrantes configuram uma sensação generalizada de incapacidade.

4. O ADOECER PSÍQUICO NA EDUCAÇÃO

Questionamentos relativos à saúde do trabalhador surgem no século XIX, na Saúde Pública e Medicina Preventiva Social, devido à preocupação com o impacto do capitalismo e da Revolução Industrial. Com o advento do capitalismo, ocorre a socialização do corpo como força de produção, passando a ser visto como força de trabalho, como objeto, uma mercadoria dotada de valor de troca, como as demais.

A problemática acerca do bem estar dos profissionais que trabalham diretamente com pessoas, a saber, professores, enfermeiros, assistentes sociais, vem tomando, hoje em dia, uma importância mais acentuada, visto que algumas tarefas do mundo atual podem levar este profissional à perda de auto-estima, desprezo por sua profissão, podendo levar ao absenteísmo e abandono da profissão.

Na sociedade atual, transformações complexas do trabalho aparecem como fonte geradora de tensão e sobrecarga física e psíquica, sendo que tais transformações refletem nos sistemas educativos, afetando em maior ou menor grau seu quadro docente, prejudicando relações profissionais e interpessoais, levando deterioração crescente da qualidade de vida nos diversos âmbitos do trabalho humano.

Nesse cenário, o professor é encarregado de uma das mais difíceis tarefas que um profissional pode ter: formar o trabalhador, produtivo ao capital, ou educar o ser humano emancipado? (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2003). Esta contradição é a própria marca do processo educacional sob a hegemonia do capitalismo, pois a lógica funcional deste sistema, baseada na exploração do trabalho humano é por natureza incompatível e contraditória com um processo de emancipação plena.

Logo, desde o princípio, o professor trabalha sob condições sociais e históricas adversas: o pleno desempenho de seu trabalho criador da produção, transmissão e apropriação de saberes práticos é aprisionado - ainda que parcialmente, pois há o espaço da resistência - pela lógica do modo de produção, que submete, ou busca submeter toda a ação a uma funcionalidade do capital: formar o futuro profissional e criar capacidades e habilidades com a finalidade de produzir um profissional flexível, polivalente e competitivo.

Além disso, apresentam-se outras situações adversas, pois o professor, submetido às exigências atuais do mercado de trabalho, pode apresentar no corpo as marcas do sofrimento,

sob a forma de doenças ocupacionais relacionadas à saúde mental, sendo que o psiquismo humano é afetado pelo sentimento de impotência e desvalorização. Baixos salários, condições de trabalho precárias, burocracia, jornada de trabalho intensa, parecem favorecer o surgimento do estresse nos educadores. As pesquisas de CODO (1997) sugerem que o trabalho está diretamente ligado ao processo saúde-doença, pois, segundo o mesmo autor, "o sofrimento psíquico e a doença mental ocorrem quando e apenas quando, afeta esferas da nossa vida que são significativas, geradoras e transformadoras de significado".

A relação entre o trabalho do educador e a afetividade é um ponto importante. O trabalho do professor é um dos mais desafiadores do ponto de vista psicológico, pelo fato de que se faz obrigatória a construção de uma relação de afetividade com o aluno, para que o trabalho possa ser realizado com qualidade. É através do afeto e da confiança que se dá o processo de aprendizagem, e ela deve ser buscada pelo educador. No entanto, uma das dificuldades que acometem os professores se dá justamente devido a isso: o ciclo afetivo professor-aluno-professor nunca se fecha totalmente, ou seja, o investimento de energia afetiva por parte do professor não retorna na sua totalidade, dissipando-se frente a diversos fatores mediadores da relação. Para CODO (1999), "... através de um contato tácito, onde o professor se propõe a ensinar e os alunos se dispõem a aprender, uma corrente de elos de afetividade vai se formando, propiciando uma troca entre os dois."

Dentro desta mesma idéia, o professor precisa desenvolver uma profunda sensibilidade para com o aluno, antecipando suas dificuldades. Sobre isso, CODO (1999) sugere que "... o educador faz parte do trabalhador que tem sido chamado de *care givers*, doadores de cuidado, como os enfermeiros ou assistentes sociais: desenvolve um trabalho onde a atenção particularizada ao outro atua como diferencial entre fazer ou não fazer sua obrigação."

Historicamente, o ofício docente não é um dos mais fáceis e temos vários motivos para acreditar nisso: salários baixos, condições precárias, falta de flexibilidade na administração de recursos, pouca perspectiva de progressão na carreira, trabalho ao mesmo tempo importante, exigente e sem reconhecimento adequado; poderia, assim, parecer-nos a pior profissão que pode ser exercida por um indivíduo. Em contrapartida, para exercer esse trabalho, é necessário o melhor tipo de profissional, com o maior número de qualidades, como diz CODO (1999),

tem iniciativa própria, é ousado, cria e assume a responsabilidade de suas inovações. Onipotente na medida exata, pois, ao mesmo tempo em que sabe o valor que tem enquanto educador e da importância do trabalho que realiza, é capaz de buscar e oferecer ajuda. Sabe que seu ofício é nobre, grandioso e por isso requer competência de grupo, união.

Podemos nos questionar, então, o motivo de tão excepcionais indivíduos trabalharem num dos piores ambientes profissionais. Uma hipótese pode ser aventada, a de que o motivo é tão somente o da satisfação. Mesmo nessas condições adversas, não falta o fundamental: o sentido e o significado daquilo que se faz. Ter reconhecimento do produto final do seu trabalho - mesmo que subjetivamente - fortalece a identidade do trabalhador.

Com relação a este aspecto, que revela a dicotomia, o sofrimento e o prazer, é interessante atentar para o caráter marcadamente singular das instituições educacionais públicas, que conforme BRITO e ATHAYDE, envolve conflito de valores, tanto aqueles relativos ao trabalho educativo, quanto aos defendidos pelos grupos de trabalhadores em cada escola. Estes autores destacam que tais conflitos de valores se manifestam nas situações concretas de trabalho, como por exemplo “a professora que decide elaborar as apostilas para uso dos alunos, mesmo sem ser remunerada por isso;[ou] a merendeira que chega mais cedo

na escola para que a refeição fique pronta na hora esperada” (BRITO e ATHAYDE, 2003, p. 247).

No entanto, as adversidades da profissão docente, tanto as originadas da condição contraditória da relação trabalho-educação no capitalismo, quanto aquelas relativas à condição geral do trabalhador e o confronto entre os recursos disponíveis à realização de seu trabalho, as demandas sociais e a (des)valorização de sua condição de trabalhador, passaram a afetar o cotidiano docente negativamente, ocasionando sentimentos crônicos de desânimo, de apatia e de despersonalização.

É nesse contexto mais geral das relações de produção capitalistas que emergem doenças profissionais físicas e psíquicas com conseqüências graves para a vida dos trabalhadores. Nesse quadro, situa-se a Síndrome de *Burnout*.

MASLACH e JACKSON (1981) definem Síndrome de *Burnout* como: “... uma reação à tensão emocional crônica gerada a partir do contato direto e excessivo com outros seres humanos, particularmente quando estes estão preocupados ou com problemas.” E ainda: “... o trabalhador se envolve afetivamente com seus clientes, se desgasta e, num extremo, desiste, não agüenta mais, entra em *Burnout*.”. Assim, temos que *Burnout* acontece quando certos recursos pessoais são inadequados para atender às demandas ou, por falta de estratégias de enfrentamento, não propiciam os retornos esperados.

O *Burnout*, como foi chamada essa síndrome, faz com que os trabalhadores percam o sentido de suas relações com o trabalho, de forma que as coisas não apresentem mais significado e que qualquer esforço pareça ser inútil. Entendida como um conceito multidimensional, essa síndrome envolve três componentes: exaustão emocional, onde os trabalhadores sentem que não podem dar mais de si mesmos a nível afetivo; despersonalização, gerando cinismo, desafetação e esfriamento no trato com o outro; e falta

de envolvimento pessoal no trabalho, com tendência a uma “evolução negativa” no trabalho, com perda da qualidade.

O *Burnout* também pode ser entendido como um desequilíbrio na percepção individual entre esforço e consequência; essa percepção é influenciada por fatores individuais, organizacionais e sociais. O trabalhador que sofre desse mal assume uma posição de frieza em relação aos clientes, não se envolvendo com seus problemas e dificuldades, o que é preocupante quando se trata da relação professor-aluno; as relações interpessoais são cortadas ou tornam-se desprovidas de calor humano e o profissional apresenta maior irritabilidade. Ocorre, então, ansiedade, melancolia, baixa auto-estima e sentimento de exaustão física e emocional.

Um outro aspecto, a despersonalização, é uma tentativa falha de auto proteção: quando não há retorno do investimento afetivo, por diversos motivos, o profissional ‘esfria’ a relação; no entanto, o afeto reprimido e a incapacidade de recebê-lo de outros é, na verdade, mais prejudicial: suporte afetivo é importante, assim como o suporte social - formado pelos parentes, amigos e colegas de trabalho -, pois permitem ao trabalhador extravasar tensões diárias e o auxiliam em questões cotidianas.

Outro pesquisador, com referencial internacional em estudos sobre a saúde do professor, é o espanhol José Manuel Esteve. ESTEVE (1999) usa o termo “mal estar docente” para descrever “... efeitos de caráter negativo que afetam a personalidade do professor, como condições psicológicas e sociais em que se exerce a docência”. É uma situação aflitiva que condiciona a qualidade do trabalho do professor. Assim, efeitos negativos do seu contato com o aluno, colegas, chefias ou exigências cotidianas de tarefas pedagógicas podem imprimir no docente um visível desgaste físico e psíquico, o que leva o professor ao *Burnout*.

Esteve descreve o mal-estar docente como fenômeno mundial, que teve seus sintomas feitos mais claros a partir da década de oitenta, nos países mais desenvolvidos. Como principais causas, cita a precariedade dos recursos materiais e humanos, as modificações no contexto social das últimas décadas, o perfil do professor e as exigências pessoais, e como consequência os absentismos e licenças, assim como o estresse e a ansiedade, que afetam tanto os professores novos quanto os veteranos. A diversidade de estudos sobre o tema nos mostra: o estudo de perspectiva psicológica, sobre estresse e ansiedade na classe docente, e o enfoque sociológico, sobre as mudanças surgidas atualmente, as expectativas sociais que se projetam sobre os professores e as variações introduzidas em seu ambiente profissional.

A respeito dos indicadores do mal-estar docente, Esteve os distingue entre fatores secundários (contextuais) e primários. Conforme a classificação de Blase,⁹ fatores primários são aqueles que incidem diretamente sobre a ação do professor em sala de aula, gerando tensões associadas a sentimentos e emoções negativas. Os fatores secundários, por sua vez, são os referentes a condições ambientais, ao contexto em que se exerce a docência. Esteve relaciona como fatores contextuais as necessidades de mudança e adaptação em curto espaço de tempo, devido às mudanças sócio-econômicas, salários e reconhecimento não compensatório e reconhecimento social, entre outros. Além disso, muitos docentes sofrem de uma sobrecarga quantitativa de trabalho, por serem obrigados - devido aos baixos salários - a ministrar um número elevado de horas/aulas e a assumir mais turnos letivos do que sua capacidade poderia suportar. Outro aspecto diz respeito àquilo que poderíamos chamar de supervalorização das funções do professor ou estereotipação da profissão docente: nas últimas décadas, devido às complexidades do sistema social, como por exemplo, o aumento da massa

⁹ BLASE, J.J. A social-psychological grounded theory of teacher stress and burnout. *Educational Administration Quarterly*, v. 18, n. 4, p. 93 – 113, 1982.

feminina no mercado de trabalho, incluiu-se entre as obrigações do professor certa quantidade de educação social-familiar que, por mérito, deveria ser de responsabilidade da família.

Como fatores primários temos aqueles “que incidem diretamente sobre a ação docente, limitando-a e gerando tensões de caráter negativo em sua prática cotidiana.”. Entre as limitações que atuam diretamente sobre a prática docente temos a falta generalizada de recursos e a dificuldade para adquirí-los. Esses recursos se referem a material didático, à aquisição de novos recursos, problemas de conservação de edifícios, escassez de móveis, falta de aquecimento (ou ar-condicionado), insuficiência de locais adequados, falta de renovação tecnológica etc.

Vale ressaltar que as limitações políticas e institucionais interferem freqüentemente na atuação prática dos professores, seja no fato de não serem destinados recursos monetários suficientes, ou na falta de consulta aos professores quando do momento de planejar as metas e direcionamentos da escola. Também “problemas de horários, de normas internas, de locais cuja utilização é regulada por normas gerais de pouca flexibilidade, as exigências de prescrições marcadas pela instituição ou pela inspeção, a necessidade de reservar uma parte de seu tempo para reuniões, encontros, avaliações, visitas de pais e outras atividades do centro”, ainda de acordo com Esteve, limitam muito as possibilidades de uma atuação de qualidade por parte do professor.

As conseqüências do mal-estar docente são muitas. Citemos inicialmente a questão do absentismo trabalhista e o abandono da profissão docente, que são as reações mais freqüentes. O absentismo surge como uma forma de alívio, através da qual o professor busca escapar momentaneamente das tensões acumuladas em seu trabalho, e pode ocorrer de dois modos: falta ou licença médica. Outro modo de fuga, além do absentismo, são as transferências, mediante as quais os professores evitam os estabelecimentos conflitivos, zonas culturais ou

climaticamente mais desfavorecidas ou a existência das más relações com os colegas de trabalho. A última instância é o abandono da profissão docente.

O último degrau do esgotamento docente são as repercussões negativas dessa prática sobre a saúde dos profissionais, que afetam boa parte dos professores, física ou mentalmente, por causa das tensões e contradições. A respeito dessa questão algumas descobertas são de que ocorrem maior tensão, maior número de conflitos e maior incidência de estresse entre professores que trabalham em estabelecimentos de 2º grau do que entre os de 1º grau; e de que acontece maior incidência de tensão profissional sobre professores jovens menores de 30 anos.

Como observa ESTEVE (1999),

Definitivamente, os professores, pelo conjunto de fatores sociais e psicológicos que analisamos, sofrem as conseqüências de estarem expostos a um aumento da tensão no exercício de seu trabalho; cuja dificuldade aumentou, fundamentalmente, pela fragmentação da atividade do professor e o aumento de responsabilidades que lhes são exigidas, sem que se lhes tenha dotado dos meios e condições necessários para responder adequadamente. Não obstante, os professores se defendem do aumento de tensão em seu trabalho por diferentes meios que permitem recuperar-se. Entre eles, a ocorrência periódica de férias cumpre um papel fundamental, rompendo os ciclos de estresse, (...) Outros meios, como os esquemas de inibição e rotina ou o absentismo trabalhista, apresentam o aspecto negativo de rebaixar a qualidade da educação, mas servem igualmente como mecanismos de defesa para aliviar a tensão do professor. O grupo de professores que enfrentam diariamente a docência, dominados por esquemas de ansiedade que podem multiplicar-se entre seus alunos, requer, apesar de tudo, uma atenção especial.

Esteve defende uma estruturação teórica capaz de orientar a dispersão da maior parte dos trabalhos realizados. “Esse esquecimento de um embasamento teórico tem várias

conseqüências. Os estudos tendem a ser repetitivos, isolados, a utilizar terminologias diferentes e a perder a oportunidade de tirar partido das descobertas de outros estudos para o desenvolvimento de um marco teórico.”

Baseado nos modelos elaborados por Blase (1982) e Polaino (1982) o autor insere uma esfera adicional importante, a dos professores felizes e eficientes, segundo ele, 34% dos professores do 2º grau.¹⁰ Esteve busca elaborar uma análise contextualizada que visa situar cada elemento em suas relações com os demais e evitar dispersões ramificadas. O modelo de Esteve apresenta quatro tipos gerais de atitudes dos professores e uma estrutura circular, reconhecendo a interação do conjunto dos elementos; assim o autor evita reducionismos encontrados anteriormente, dado que os elementos encontram-se em um autêntico sistema.

Na perspectiva de trabalhar possibilidades para evitar o mal estar docente, Esteve sugere duas abordagens: a primeira, uma abordagem preventiva, que parte das deficiências e lacunas encontradas na formação do futuro docente e visa retificar enfoques e incorporar novas abordagens nessa formação que evitem possíveis conseqüências negativas futuras, ao exercer a profissão. A segunda abordagem, por sua vez, busca articular estruturas de auxílio ao professorado atuante, reconhecendo onde ocorrem os sintomas descritos anteriormente e agindo de modo a informar e auxiliar os professores a adaptarem seu estilo docente o papel que desempenham, de acordo com as mudanças e exigências atuais.

A respeito das estratégias no processo de formação inicial, segundo Esteve, há a possibilidade de três linhas de atuação: o estabelecimento de mecanismos seletivos adequados à profissão em questão, baseados em critérios de personalidade e não simplesmente em critérios de qualificação intelectual, como ocorre até o momento; a substituição dos enfoques normativo-idílicos (que exigem um modelo tradicional de professor, estereotipado), geradores

¹⁰ Os dados citados por Esteve são relativos à pesquisa realizada junto a professores da educação básica na Espanha.

de ansiedade, por enfoques descritivos adaptáveis às circunstâncias; e a busca de uma formação mais atualizada à realidade prática do magistério, mostrando que existem modelos eficazes para diferentes situações adaptativas.

No processo de formação permanente do professorado, as estratégias com vistas a evitar o mal estar docente levam em consideração diversos fatores. A importância da comunicação está em compartilhar seus problemas, expressando dificuldades e limitações e trocando experiências, idéias e conselhos com colegas e outros agentes da comunidade escolar. Importante também é reciclar-se continuamente, adaptando as aulas aos novos conhecimentos adquiridos, questionando concepções de educação ultrapassadas. A sociedade também é relevante nesse processo, tanto na questão da delimitação dos objetivos do ensino como das recompensas materiais e do reconhecimento do status que se lhes atribui; mesmo em questões práticas, como falta de tempo e classes excessivamente numerosas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças ocorridas no processo e nos ambientes de trabalho do educador têm chamado a atenção devido à crescente incidência de adoecimento e afastamento destes profissionais. Saúde e doença não são termos isolados, pois se associam ao contexto cultural e sócio-econômico.

O adoecer psíquico e o *Burnout* trazem conseqüências sobre o estado de saúde do educador e sobre seu desempenho, o que ocasiona tanto problemas organizacionais quanto nas relações interpessoais desse profissional. Como não é visto apenas como prejudicial ao trabalhador, várias entidades estão atendo-se a pesquisas sobre a Síndrome de *Burnout*, pois cada vez mais as organizações estão tendo altos gastos com doenças, absenteísmo, conflitos, desmotivação e abandono da profissão.

Como já foi referido, para o educador, é muito difícil desistir de sua dedicação ao ensino, pois o trabalho educacional lhe propicia (ou deveria propiciar) outras recompensas, que não apenas as financeiras. Os efeitos negativos do contato com o aluno, colegas, chefias e práticas pedagógicas, podem afetar habilidade profissional e a disposição de atender às necessidades dos estudantes: os professores sentem suas qualidades pessoais definharem, adoecem e entram em Síndrome de *Burnout*.

Além da aplicação do *MBI-ES (MBI Educators Survey)* para quantificar e apontar o *Burnout* no trabalhador em educação, como complementação pode-se realizar um mapeamento de causas e atividades geradoras de estresse, buscando maneiras de minimizar seus efeitos sobre a rotina dos educadores, alertando-o para os sinais de aparecimento do *Burnout*, que como doença do trabalho, deve ser tratada como tal.

Referências Bibliográficas:

- BECK, Ulrich. *Un nuevo mundo feliz: la precaridad del trabajo en la era de la globalización*. Barcelona, Paidós, 2000.
- BRITO, Jussara & ATHAYDE, Milton. O Ponto de Vista Enigmático da Atividade. In: *Trabalho, Educação e Saúde*. V.1, n.2, set/2003, Rio de Janeiro, EPSJV / FIOCRUZ, 2003.
- CODO, Wanderley (coordenador). *Educação: carinho e trabalho*. Confederação Nacional
- DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho: estudo de Psicopatologia dos Trabalhadores em Educação*: Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do Trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes/Brasília, 1999.
- ESTEVE, José M. *O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. Tradução de Durley de Carvalho Cavicchia. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática, 1977.
- LIMA FILHO, Domingos Leite. *Dimensões e limites da globalização*. Petrópolis, Vozes, 2004.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo, Grijalbo, 1977.

MARX, Karl. *O Capital*. 1.1, v.1, São Paulo, Difel, 1978.

MASLACH, C.; JACKSON, S. The Measurement of Experienced *Burnout*. *Journal of Occupational Behavior*, 1981.

MASLACH, C.; LEITER, M. P. (1981). *The truth about Burnout: how organizations cause personal stress and what to do about it*. Califórnia, USA: Jossey – Bass Publishers. 1997, p.186.

SENNETT, R. *La corrosión del carácter: las consecuencias personales del trabajo en el nuevo capitalismo*. Barcelona, Editorial Anagrama, 2000.

Trabalho. 5ª edição São Paulo: Cortez-Oboré, 1992

TRIVINHO, Eugenio. *O mal-estar da teoria*. São Paulo, Quartet, 2001.